ATA DE CORREIÇÃO SEI nº 0018561-69.2018.8.16.6000

COMARCA DE CAMPO MOURÃO

1ª VARA CÍVEL e da FAZENDA PÚBLICA

Data: 20.3.2018

EQUIPE CORRECIONAL

Desembargador Corregedor da Justiça

- MÁRIO HELTON JORGE

Juiz Auxiliar

- MÁRIO DITTRICH BILIERI

Assessoria Correcional:

- GUSTAVO RAPHAEL LACHOWSKI

Juíza Titular: GABRIELA LUCIANO BORRI ARANDA

Data da assunção: 20.1.2014

Juiz Substituto: CEZAR FERRARI
Data da assunção: 17.6.2014

SER	SERVENTUÁRIOS/FUNCIONÁRIOS - TRABALHO EFETIVO NA ESCRIVANIA				
Иo	NOME	CARGO			
1	Dejair Palma	Escrivão			
2	Valdinei de Meira Juramentado				
3	Ademir Morais da Luz	Juramentado			
4	Jefferson Eichinger Palma	Funcionário			
5	Josiane Araújo da Silva	a Funcionária			
6	Victor Rauni Eichinger	Funcionário			
7	Lucélia Eichinger Palma	Funcionária			
8	Yohan Marcel Huber Maciel	Funcionário			
9	Guilherme Kauê Eichinger	Funcionário			
10	Marcia Cristina Souza da Luz	Funcionária			
11	Gleizer Aline Gelinski	Funcionária			

Ga	Gabinete					
Иο	NOME	CARGO				
1	Alissara Wahip Mohana	Assistente de Juiz				
2	Mayara Cristine Carvalho Adamzuk Assistente de Juiz					
3	Ariane Talissa Machado Ferreira	Estagiária				
4	Rayane Kemly Lemes De Almeida	Estagiária				
5	Ana Laura Menon	Estagiária voluntária				







1. LIVROS

- I. Registro Geral de Feitos, de Depósitos e Carga de Autos (Juiz, Promotor e Diversas): constatado que o encerramento ocorreu em virtude da implantação do Sistema Projudi na 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública;
- II. Registro de Sentenças: utiliza o Sistema Publique-se;
- III. Apresentado livro caixa 2017 (período de 10.4.2017 a 28.2.2017: Houve a regular discriminação das receitas e despesas.

2. CÍVEL

2.1. Sistema PROJUDI - Cível

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
5.069	3.663	488	861

2.2. Não há processos paralisados por mais de 30 (trinta) dias:



2.3. Identificaram-se 8 (oito) processos pendentes de cumprimento de decisão judicial por mais de 5 (cinco) dias (art. 228 do Código de Processo Civil):





Poder Judiciário do Estado do Paraná

Processo	Data Distribuição △	Último Movimento 🔺	Dias Paralisado 🔺	
0006444-58.2017.8.16.0058	07/07/2017	13/03/2018	6	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (Duplicata)
√ 0005139-44.2014.8.16.0058	12/06/2014	13/03/2018	6	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (Cédula de Crédito Bancário)
√ 0001514-17.2005.8.16.0058	19/07/2005	13/03/2018	6	PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (Contratos Bancários)
√ 0006551-83.2009.8.16.0058	31/08/2009	13/03/2018	6	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (Contratos Bancários)
√ 0005048-56.2011.8.16.0058	01/07/2011	13/03/2018	6	PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (Contratos Bancários)
0006743-16.2009.8.16.0058	01/12/2009	13/03/2018	6	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (Duplicata)
√ 0000466-47.2010.8.16.0058	20/01/2010	13/03/2018	6	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (Cheque)
0009548-97.2013.8.16.0058	19/11/2013	13/03/2018	6	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (Indenização por Dano Material)

Em consulta aos processos identificados, observou-se que o último movimento está sem visibilidade externa. **Regularizar**.

2.4. Para "análise de juntada", pendentes:

	Lembretes	Outros Cumprimentos	Análise de Juntadas	Citações e Intimações	Início
		Para Realizar		Jrgência	Com
ıntadas: 28	Jun			Juntadas: <u>3</u>	
Retorno de Conclusão: 437			Retorno de Conclusão: 0		
retorno: 0	dando análise de re	Mandados aguar			
Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0					
Diligências aguardando retorno: 1					

- Análise de juntadas: 283 (duzentos e oitenta e três), mais antigas enviadas em 17.3.2018 **situação regular**;
- Retorno de conclusão: 437 (quatrocentos e trinta e sete), mais antigos retornados em 16.3.2018 **situação regular**;
- Retorno de mandado aguardando análise: 0 (zero) situação regular.

2.5. Processos remetidos - situação irregular:

- 24 (vinte e quatro) ao distribuidor, mais antigo enviado em 28.2.2018. **Providenciar a cobrança**;
- 3 (três) ao Apoio Especializado, mais antigos encaminhados em 15.3.2018;
- 435 (quatrocentos e trinta e cinco) ao contador, mais antigo remetido em 11.12.2017. **Providenciar a cobrança;**

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/ØE





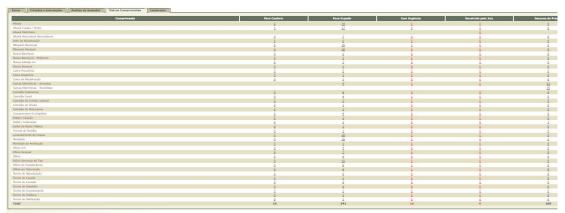


- 4 (quatro) processos ao avaliador, mais antigo encaminhado em
 12.1.2018. Providenciar a cobrança;
- 86 (oitenta e seis) ao Ministério Público, mais antigo enviado em 22.1.2018.

2.6. Análise das Suspeitas de Prevenção:

- Constataram-se 100 (cem) processos com Análise de Suspeitas de Prevenção pendentes de análise, as mais antigas com distribuição em 30.11.2012. **Regularizar e atentar.**

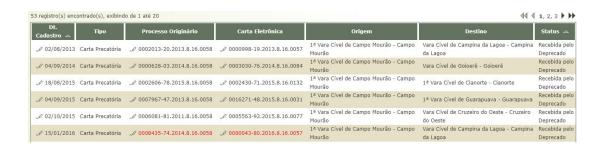
2.7. Outros cumprimentos - regularizar:



A Escrivania deverá revisar a movimentação dos atos que pendem de conferência e expedição. Deverá, ainda, efetuar a análise dos decursos de prazo.

2.8. Cartas Precatórias:

1. ENVIADAS: Constam 53 (cinquenta e três) Cartas Precatórias com prazo vencido no PROJUDI - Regularizar. Citam-se de exemplos:

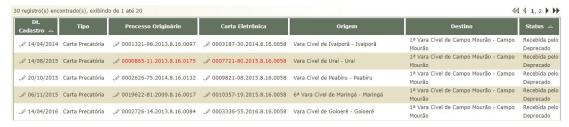






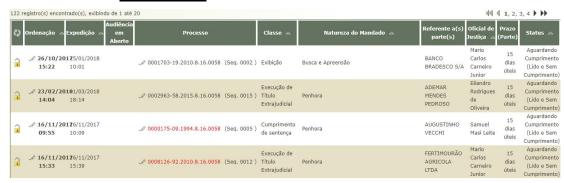


2. RECEBIDAS: Constam 30 (trinta) Cartas Precatórias com prazo vencido no PROJUDI - Verificar e **regularizar**:



2.9. MANDADOS:

- Identificaram-se 122 (cento e vinte e dois) mandados aguardando cumprimento - Regularizar. Citam-se de exemplos:



- Apurou-se a existência de 10 (dez) mandados expedidos e não lidos (aguardando retorno), fora do prazo de cumprimento, o mais antigo distribuído em 14.2.2018 - **regularizar**. Citam-se de exemplos:



- Aguardando análise de retorno: 0 (zero). Situação Regular.







FAZENDA PÚBLICA

3.1. Sistema PROJUDI:

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
2.027	1.743	<u>49</u>	<u>731</u>

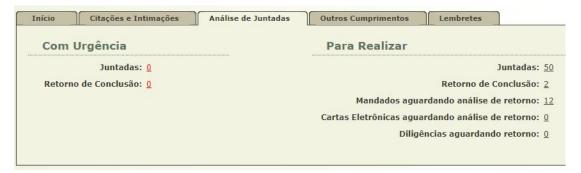
3.2. Não há processos paralisados por mais de 30 (trinta) dias:



3.3. Não há processos pendentes de cumprimento de decisão por mais de cinco dias (art. 228 do Código de Processo Civil):



3.4. Para "análise de juntada", pendentes:



- Análise de juntadas: 50 (cinquenta), mais antiga enviada em 19.3.2018 - **situação regular**;







- Retorno de conclusão: 2 (dois), retornados em 20.3.2018 situação regular;
- Mandados aguardando análise de retorno: 0 (zero) situação regular;

3.5. Processos remetidos - situação regular:

- 14 (quatorze) ao distribuidor, mais antigos enviados em 16.3.2018. Regular;
- 57 (cinquenta e sete) ao contador, mais antigo enviado em 20.2.2018. **Regular**;
- 7 (sete) ao Ministério Público, mais antigo encaminhado em 23.2.2018.

3.6. Análise da Suspeita de Prevenção:

- Constataram-se 72 (setenta e dois) processos com Análise de Suspeitas de Prevenção pendentes, a mais antiga com data de distribuição em 26.3.2013 - regularizar.

3.7. Outros cumprimentos - regularizar:



3.8. Cartas Precatórias:

1. ENVIADAS: Constam 8 (oito) Cartas Precatórias com prazo vencido no PROJUDI - regularizar:







8 registro(s) enco	egistro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 8						
Dt. Cadastro △	Tipo	Processo Originário	Carta Precatória Eletrônica	Origem	Destino	Status 🛆	
<i>.</i> Ø 31/01/2017	Carta Precatória	√ 0006735-63.2014.8.16.0058	Ø 0005061-80.2017.8.16.0014	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Londrina	Recebida pelo Deprecado	
<i>№</i> 31/01/2017	Carta Precatória	√ 0006932-18.2014.8.16.0058	√ 0000430-50.2017.8.16.0190	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá - Maringá	Recebida pelo Deprecado	
<i>.</i> Ø 31/01/2017	Carta Precatória	√ 0006221-76.2015.8.16.0058	√ 0000268-94.2017.8.16.0080	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	Vara da Fazenda Pública de Engenheiro Beltrão - Engenheiro Beltrão	Recebida pelo Deprecado	
<i>"</i> 03/07/2017	Carta Precatória	√ 0001934-85.2006.8.16.0058	√ 0004022-05.2017.8.16.0190	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá - Maringá	Recebida pelo Deprecado	
∠Ø 20/07/2017	Carta Precatória	. Ø 0004391-22.2008.8.16.0058	√ 0004362-46.2017.8.16.0190	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	1º Juizado Especial Cível de Maringá - Maringá	Recebida pelo Deprecado	
<i>№</i> 20/07/2017	Carta Precatória	√ 0000340-22.1995.8.16.0058	√ 0001118-03.2017.8.16.0096	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	Vara da Fazenda Pública de Iretama - Iretama	Recebida pelo Deprecado	
₽ 20/07/2017	Carta Precatória	√ 0000766-24.2001.8.16.0058	√ 0001336-45.2017.8.16.0156	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	Vara da Fazenda Pública de São João do Ivaí - São João do Ivaí	Recebida pelo Deprecado	
<i>"</i> 20/07/2017	Carta Precatória	√ 0004428-49.2008.8.16.0058	√ 0048255-33.2017.8.16.0014	1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão - Campo Mourão	2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Londrina	Recebida pelo Deprecado	

2. RECEBIDAS: Constam 9 (nove) Cartas Precatórias com prazo vencido no PROJUDI - Regularizar:



3.9. MANDADOS:

- Identificaram-se 41 (quarenta e um) mandados aguardando cumprimento, o mais antigo expedido em 31.10.2017 - Regularizar imediatamente. Citam-se de exemplos:









- Há 6 (seis) mandados expedidos e não lidos, fora do prazo de cumprimento. **Regularizar:**



- Há 12 (doze) mandados aguardando análise de retorno. Regularizar os mandados retornados em 8.3.2018 e 9.3.2018:



4. PROCESSOS ANALISADOS

4.1. - CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS:

Apurou-se, na maioria dos casos analisados, que a Escrivania não observa o prazo do art. 228 do Código de Processo Civil, para cumprimento das deliberações judiciais, como constatado nos processos nº 0000036-61.2011.8.16.0058 (mov. 30.1/32.1 - 35 dias), nº 0000129-58.2010.8.16.0058 (mov. 13.1 e 20.1 - cento e trinta e cinco dias), nº 0013196-48.2012.8.16.0017 (mov. 100.1 e 101.1 - cinquenta e seis







dias), n° 0003196-84.2017.8.16.0058 (mov. 23.1 e 25 - trinta e um dias), n° 0001151-15.2014.8.16.0058 (mov. 39.1/43 - cinquenta e quatro dias, 52.1/57 - vinte e oito dias), n° 0001799-97.2011.8.16.0058 (mov. 43.1 e 44.1 - trinta dias).

Destarte, sem embargo do baixo número de processos aguardando cumprimento de decisões judiciais apontado no item 2.3 desta Ata de Correição, deverá a Escrivania **justificar** a morosidade identificada.

4.2. - ANÁLISE DE JUNTADAS:

No processo nº 0000084-73.2018.8.16.0058 (mov. 18.1 e 19), a Escrivania observou o prazo de vinte e quatro horas para o cumprimento da "análise de juntada".

Todavia, essa situação não se repetiu na maior parte das amostras realizadas, conforme apurou-se nos processos nº 0006444-58.2017.8.16.0058 (mov. 26.1 e 27 - vinte e dois dias), nº 0000035-13.2010.8.16.0058 (mov. 29.1 e 30 - vinte e nove dias), nº 0000122-90.2015.8.16.0058 (mov. 36.1 e trinta e dois dias) e nº 0001799-97.2011.8.16.0058 (mov. 26.1 e 27 - cinquenta e dois dias). Justificar.

4.3. - INTIMAÇÕES:

Na maioria dos casos analisados por amostragem extraiu-se que a Escrivania não observou o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para expedição da intimação, como se apurou do exame dos processos nº 0000035-13.2010.8.16.0058 (mov. 31.1 e 32 - trinta e quatro dias), nº 0000119-72.2014.8.16.0058 (mov. 11.1 e 12 - noventa e cinco dias), nº 0000033-38.2013.8.16.0058 (mov. 191.1/196 - trinta e três dias), nº 0000222-79.2014.8.16.0058 (mov. 105.1/109 - vinte e sete dias). Justificar.

4.4. - PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO:

Conforme apurou-se da análise dos processos n° 0011311-02.2014.8.16.0058, n° 0011459-42.2016.8.16.0058 e n° 0011566-86.2016.8.16.0058, a Escrivania não observou a anotação de prioridade







no trâmite processual, porquanto não realizou os atos judiciais em prazo regular. Atentar para os futuros casos e justificar.

4.5. - TUTELAS DE URGÊNCIA:

Nas amostras analisadas, constatou-se excesso de prazo para cumprimento das decisões em tutelas de urgência, consoante verificouse nos processos nº 0007996-58.2017.8.16.0058 (mov. 8.1/12.1 - trinta dias) e nº 0001090-52.2017.8.16.0058 (mov. 13.1/16 - vinte e um dias).

Conforme dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência pressupõe a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Diante dessa previsão, exsurge a prioridade no cumprimento da decisão que concede esse tipo de tutela. Justificar a morosidade no cumprimento e, doravante, observar a prioridade para a prática do ato.

4.6. - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA:

Processos nº 0007996-92.2016.8.16.0058 (mov. 40 e 42) e nº 0003656-13.2013.8.16.0058 (mov. 80 e 81). Verificou-se que a Secretaria altera a classificação processual na fase de cumprimento de sentença e remete ao Ofício Distribuidor para anotações. Situação regular.

4.7. - CONCLUSÕES E DEMAIS REMESSAS:

A Escrivania encaminha, diariamente, os processos à conclusão:

CERTIDÃO

CERTIFICO que as conclusões são realizadas diariamente e sem limite de processos.

Nada mais. O referido é verdade e dou fé

Comarca, 19 de março de 2018.

DEJAIR PALMA
ESCRIVÃO

Verificou-se, também, prazo regular para remessa ao Ministério Público (processo nº 0003989-67.2010.8.16.0058) e ao Distribuidor (processo nº 0010250-04.2017.8.16.0058).







4.8. META 2 e META 4 CNJ - 2017.

No relatório de casos pendentes de julgamento inseridos nas metas supracitadas, extraído do Projudi, observa-se grande números de processos inseridos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça:



Todavia, apurou-se que alguns já estão sentenciados, como no caso do nº 0001643-56.2004.8.16.0058 (mov. 1.96/1.97). Tal inconsistência é ocasionada em razão de a Escrivania não informar no Projudi que já houve sentença em processo físico. Regularizar e verificar nos demais processos.

4.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são devidamente cadastrados no sistema Projudi, como aferiu-se da análise dos processos nº 0002175-59.2006.8.16.0058, nº 0000627-09.2000.8.16.0058, nº 0011706-62.2012.8.16.0058 e nº 0001382-66.2014.8.16.0147. Além disso, verifica-se efetivo preenchimento do livro de depósitos judiciais, durante o período correcionado:







		1 / 656		
		4		
PODE	R JUDICIÁRIO	DO ESTADO DO PAR	RANÁ	
ECC S	Cível de Campo			
	Civer de Campo	Wodiao		
	Liv	ro Depósitos Bancário	os	
		01/01/2015 a 28/02/20		
			(F.	
Processo: 00117	06-62.2012.8.16	i.0058		
Movimentações	no Período			preserve and
Data: 21/07/2017	Operação:	Depósito	Valor Total:	R\$ 3.200,00
Natureza: Alime	ntar			
Conta: CEF	Ag: 0386 Conta: 018	541321-6		
Depositante:	Jules Rimet Nog	ara		
		Finalidade		Valor
		Honorários		R\$ 3.200,00
Data: 22/08/2017	Operação:	Levantamento (N. 802/2017)	Valor Total:	R\$ 1.600,00
	DILSON PALMA			
Beneficiario(s):				Valor
Beneficiário(s): Conta		Finalidade		vaior

4.10. SISTEMAS TJ PR

- Utiliza: Renajud, Serasajud, Bacenjud, Siel, Copel, E-ofício, Infojud e CAJU:

CERTIDÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que os MM. Juízes de Direito utilizam os cinicos: BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, COPEL, seguintes sistemas eletrônicos: E SERAJUD, E-OFÍCIO e INFODIP.

> Nada mais. O referido é verdade e dou fé Comarca, 19 de marco dè 2018. DEJAIR PALMA ESCRIVÃO

CERTIFICO que a nomeação dos Peritos é realizada pelo seio do CAJU. MM. Juiz de Direito, por MINI. Juiz de Direito, por meio do CAJU. CERTIFICO que a nomeação de advogados dativos é realizada pelo MM. Juiz de Direito, seguindo uma lista/ordem da OAB.

> Nada mais. O referido é verdade e dou fé Comarca, 19 de março de 2018.

4.11. DEMAIS CONSTATAÇÕES

a) No processo nº 0010216-05.2012.8.16.0058 (mov. 79.1 e 82), a Escrivania suspendeu o trâmite processual a determinação após judicial.

Não obstante, verificou-se que a Escrivania promoveu a suspensão no processo nº 0011041-46.2012.8.16.0058 com fundamento na Portaria nº 4/2017 do Juízo. Entretanto, a suspensão processual deve ser precedida de decisão judicial. Nos casos futuros, certificar e encaminhar à conclusão.

b) O acervo de processos físicos pendentes de digitalização (155 cento e cinquenta e cinco) aguarda julgamento recursal. A Escrivania Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPŘ/∂E







utiliza 3 (três) espaços para acondicionamento dos processos arquivados: (i) a própria Escrivania; (ii) uma sala no último andar do Fórum, disponibilizada pela Direção; (iii) um imóvel alugado, situado no Centro da cidade de Campo Mourão, que gera uma despesa ao Escrivão de, aproximadamente, R\$ 900,00 (novecentos reais), com aluguel e taxa de condomínio. Por falta de espaço físico nas prateleiras, constatou-se que muitos processos estão armazenados no chão. Entretanto, conforme apurado in loco, os processos estão organizados por ordem numérica de caixa (no caso dos processos que ficam no chão, cada pilha corresponde a um número de caixa).

- c) As Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos funcionários da Escrivania estão com as anotações desatualizadas (ex. férias, retificações de informações e salários). Justificar, regularizar e manter as anotações atualizadas.
- d) A Escrivania observa o previsto no Ofício-Circular nº 8/2012, que veda a utilização de localizadores/agrupadores no sistema com a finalidade de "aguardar" a conclusão de processos ao Magistrado.
- e) Processo nº 0000976-41.2002.8.16.0058. O Município de Campo Mourão compõe o polo processual, de modo que a competência recai para a Fazenda Pública, nos termos da Resolução nº 93/2013, de 12 de agosto de 2013. Justificar, verificar nos demais casos (em que Estado ou Município componham o polo processual) e regularizar.
- f) Processo nº 0007725-83.2016.8.16.0058. Processo em trâmite na competência da Fazenda Pública, mas a Classe Processual remete à procedimento do Juizado Especial Cível. **Verificar nos demais casos e regularizar.**
- g) A remessa ao depositário público para anotações é realizada pelo Oficial de Justiça nos termos do item 3.14.4 do Código de Normas: "Todos os bens que ficarem sob a guarda do depositário público e particular serão registrados no livro de Registro de Penhora, Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPŘ/�E







Arresto, Sequestro e Depósitos, competindo ao oficial de justiça, para essa finalidade, entregar cópia do auto de penhora ao depositário público.".

h) A Escrivania apresentou significativa melhora desde a última Correição-Geral Ordinária realizada na Unidade Judiciária, em 27.5.2012, ocasião em que se constatara grande número de processos paralisados:

CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA 27.05.2015
Comarca/Foro: CAMPO MOURÃO
Vara/Juízo: 1º VARA
Competência: CÍVEL e FAZENDA PÚBLICA
Seção Judiciária: 23ª
Data da última visita correcional: 30/05/2012
Data da inspeção anual do Juiz((zg.): 02/03/2015
Juiz(ga) Titular: GABRIELA LUCIANO BORRI ARANDA Data da assunção: 21/01/2014
Juiz(iza) anterior: JAMES HAMILTON DE OLIVEIRA MACEDO Data da saída: 22/11/2013
Juiz([zq] Substituto(A): CEZAR FERRARI Data da assunção: 17/06/2014
Endereço (rua, nº, bairro, CEP): AV. JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, 2065, CENTRO, 87300-020
Telefone(s), ramal(is) e plantão: 44-3525-2117 /
Email do Magistrado(a) (TJ): <u>alub@tjpr.jus.br</u>
Email do Escrivão/Secretário/Diretor (TJ): deja@tjpr.jus.br

As diversas paralisações examinadas acima¹, inclusive em processos inseridos em metas de nivelamento do Conselho Nacional de Justiça e, ainda, a omissão de diligências na cobrança dos autos em carga com perito desde o ano de 2008, sem qualquer comunicação ao magistrado para tomada de providências, demonstram, ao menos em princípio, o descaso do serventuário com o cumprimento da efetiva prestação jurisdicional diante da 1º Vara Cível de Campo Mourão.

Tal conduta reveia-se ainda mais reprovável quando a paralisação ocorre em um processo virtual, em que muitos atos deveriam ser realizados com mais celeridade, como, por exemplo: Intimações aos procuradores das partes, conclusões, vista e outros, que não dependem de maiores esforços por parte daqueles que operam o Sistema <u>Projudi</u>.

Dessa forma, recomenda-se ao sr. Escrivão que mantenha a rotina de trabalho apresentada na presente Correição-Geral e envide esforços para que as movimentações processuais, em especial o cumprimento de decisões concessivas de tutelas de urgência e os atos de análise de juntadas e expedição de intimações, ocorram dentro do prazo regular.

5. DETERMINAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

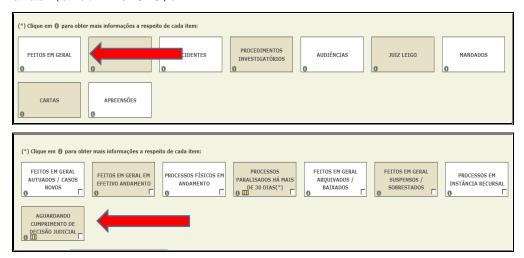
1. Diariamente deverão ser consultados OS comandos do Sistema ESCRIVÃO -> FEITOS Projudi (MESA EMGERAL AGUARDANDO CUMPRIMENTO DECISÃO) DE e atentar para que os processos não







permaneçam aguardando cumprimento de decisão por mais de cinco dias (art. 228 CPC).



- 2. Atentar ao comando <u>PARALISADOS POR MAIS DE TRINTA DIAS</u> e evitar paralisações indevidas.
- 3. Observa-se Decreto Judiciário nº 738/2014, datado 29.10.2014, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas Unidades Judiciárias quanto ao recolhimento de custas e depósitos judiciais, em especial aos seguintes artigos: "Art. 40. vedado o levantamento dos valores depositados judicialmente por servidor habilitado ou pessoa que exerça a titularidade da Escrivania ou do Ofício da Justiça do Foro Judicial, mesmo no intuito de repasse posterior a outros destinos. Art. 5°. Para que se proceda à transferência das custas e despesas processuais depositadas judicialmente a quem de direito, o magistrado responsável pela unidade judiciária deverá encaminhar à agência bancária ofício determinando a quitação das anexando boletos bancários custas, OS correspondentes, que serão gerados por servidor ou pessoa habilitado."
- **4.** A Secretaria observa os itens 2.3.12 e 5.13.2 do Código de Normas, encaminhando ao contador para cálculo das custas







judiciais, bem como das receitas devidas ao FUNJUS, quando for o

5. Nos processos em grau de recurso, a Escrivania deve <u>realizar o</u> <u>registro e a especialização em 2º Grau</u>, em cumprimento ao Provimento 244, datado de 17.06.2013 que alterou a redação do Código de Normas para constar: "2.20.2.4 - Após a inserção do arquivo, proceder-se-ão o registro e classificação. Para tanto, o servidor responsável acessará cada documento inserido e cadastrado no sistema "Publique-se", confirmando: (omissis). XI - especialização em 2º grau.

6. AO JUÍZO

- 1. Concede-se o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Escrivania cumpra as determinações e regularize todas as falhas apontadas nesta ata, sob a supervisão da Doutora Juíza de Direito, independentemente de adoção de outras medidas administrativas.
- 2. A Magistrada deverá acompanhar o trabalho e elaborar relatório circunstanciado minucioso, o qual deverá ser encaminhado à Corregedoria, de acordo com o disposto no CN 1.13.65.
- 3. O relatório deverá estar acompanhado da certidão lavrada pela Escrivania, dando conta da regularização das falhas.

7. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

- À Divisão de Cadastro e Controle de Atos Normativos do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça - DCJ-DCCAN.
- 2. Após, à Seção de Correições e Inspeções (GCJ-GJACJ-AC-IC).



8. ENCERRAMENTO

Anotadas todas as ponderações realizadas pelo Desembargador Mário Helton Jorge, Corregedor da Justiça, e pelo Juiz Auxiliar Dr. Mário Dittrich Bilieri, lavrou-se a ata pelo Assessor Correcional Gustavo Raphael Lachowski.

Des. MÁRIO HELTON JORGE Corregedor da Justiça